



COLUNAS



Paulo Nassar
diretoria@aberje.com.br

Diretor-Presidente da Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. Professor livre-docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e pós-doutor pela Libera Università di Lingue e Comunicazione, Milão, Itália. Integra o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP). É Coordenador do Grupo de Estudos de Novas Narrativas (GENN ECA-USP). Autor de inúmeras obras no campo da Comunicação.

Nova responsabilidade política

Publicado em 30/7/2014

Copyright Correio Braziliense - 30/07/2014

O país do futebol, com a Copa, ficou para trás. Como ficou também para trás a ideia do gigante adormecido expressa numa sociedade que parecia se manter à margem da participação política, apenas comparecendo às urnas para cumprir com o dever social de votar. Agora, as eleições de outubro sinalizam no rumo de uma nova identidade e responsabilidade política brasileira, abrindo efetiva etapa de reformas, crescimento e inclusão social com qualidade de vida. Isso vai exigir do futuro presidente, independente do vencedor, um pacto de responsabilidades, inclusive com os adversários vencidos no pleito, acima de partidos e de interesses corporativos. Ecos desse desejo chegam de várias direções. Para que isso verdadeiramente aconteça, é necessário que políticos, empresários e cidadãos entendam que os seus compromissos e responsabilidades são maiores do que a *pólis democrática* estendida que é a nação.

O Brasil e os seus desafios são maiores que os governos, os partidos e os interesses corporativos. É deste posicionamento abrangente, entendendo o que é diverso, é que poderemos, a partir de inúmeros pontos de vista e das controvérsias, construir uma visão e um cotidiano nacional e democrático.

As opções políticas são bem diferentes do passado. Jânio Quadros, o último presidente eleito antes do golpe de 1964, por exemplo, conquistou 6 milhões de votos, um número recorde, mas na prática contava com o apoio de apenas 10% da população. Graças a Constituição Cidadã, de 1988, que ampliou o direito de voto, hoje o eleitorado ultrapassa o patamar de 140 milhões, fazendo o País transitar de um ambiente eleitoral excludente para uma democracia de massa.

Vale lembrar que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, votarão pela primeira vez, 11 milhões de jovens, eleitores com idade entre 16 e 20 anos que participaram dos protestos de junho do ano passado e, com o título de eleitor em mãos, vão manifestar suas vontades. Correspondem, em números aproximados, a 12 % do eleitorado que irá eleger, além do presidente da república, aqueles que preteiam os governos dos Estados e as Casas Legislativas.

Esses não são os únicos saltos históricos. Se olharmos para trás, veremos que, há 30 anos, as mobilizações das *Diretas já*, que reuniram cerca de 2 milhões de pessoas na cidade de São Paulo e 1 milhão no Rio de Janeiro, entre janeiro e abril de 1984, gritavam por eleições diretas. A seguir, em 1988, ambicionavam influir na redação da Constituição. Hoje, predomina a tese de um país que cresça, que reduza impostos, crie empregos e invista em campos estratégicos como saúde, educação, transporte e segurança. Enfim, desamarre os nós que freiam a modernização social e inspire confiança.

Diante da crise de representação que se desenha e que se manifesta no número de indecisos e nulos das pesquisas eleitorais e nas ruas, o pacto de responsabilidades precisa substituir as meras aliança políticas, sedimentadas na troca de cargos por apoio no congresso e nas casas legislativas. Havendo entendimento e unidade de propósitos, os avanços se sucederão e a fragilidade cederá lugar à consistência e profundidade nas ações. A economia poderá se revitalizar e as narrativas sombrias dos impasses econômicos certamente se dissiparão.

Na presidência da república, nos governos ou no legislativo, os representantes da sociedade terão que governar para todos e a todos ouvir, não importa se serão de esquerda ou de direita, conservadores ou reformistas. Nestas eleições, não mais bastará apenas prometer, nem proclamar boas intenções. Mas, sobretudo, encontrar respostas adequadas para os desafios do presente. Das urnas, é fora de dúvidas, nascerá um novo país, com novas exigências, portanto com identidade totalmente diversa daquela até então conhecida. Na prática, a forma de fazer política terá que mudar. Como aconteceu por ocasião da Copa, a sociedade saberá encontrar caminhos para fazer prevalecer suas vontades.

Apoio:

